

## PROPOSTA DE CARREIRA DOCENTE DO ANDES-SN SERÁ ATUALIZADA NO **15º CONAD EXTRAORDINÁRIO**

Págs. 6 a 10



Extrema direita pode avançar com eleições municipais

Pág. 3

Reitoria da Uerj reprime luta estudantil contra corte de bolsas e auxílios

Págs. 4 e 5

**Q**ueimadas que afetaram todo o país marcaram os últimos meses. Cidades tomadas por fumaça, escassez de água, crescimento no número de mortes por insuficiência respiratória e outros efeitos da explosão dos casos de queimadas no Brasil revelam os desdobramentos da grave crise climática que hoje vivemos, a qual deve ser compreendida como uma das facetas da profunda crise do capital.

As queimadas mostram como a expansão do agronegócio é profundamente destrutiva. A expansão da agricultura e da pecuária voltada para o lucro não pode ocorrer sem o crescimento de focos de incêndio e a destruição de vegetação nativa. Enquanto o processo de destruição não for revertido, o que se anuncia para o futuro é o agravamento de toda a situação.

Acompanhando a realidade, o ANDES-SN realizou um Seminário Nacional sobre a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (a chamada COP30) e a última reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA). Foram eventos decisivos para o Sindicato Nacional avançar na elaboração de políticas para enfrentar a crise ambiental e associá-la às lutas em

defesa da educação pública e gratuita. Basta lembrar que o governo congelou R\$ 15 bilhões em despesas discricionárias do orçamento de 2024 exatamente no mesmo mês de julho, quando anunciou o maior Plano Safra da história, disponibilizando mais de R\$ 400 bilhões para a agricultura empresarial. O governo Lula/Alckmin decidiu alimentar as forças regressivas, do ponto de vista econômico e político, do agronegócio, enquanto sustenta políticas de desmantelamento dos serviços públicos.

A polarização social e o crescimento dos apelos das alternativas políticas de extrema direita também são outros reflexos da profunda crise do capital que, sintomaticamente, se manifestam nas disputas eleitorais que estão em curso. O professor Carlos Zacarias (Ufba) discute como a ausência de alternativas classistas e independentes de esquerda deixou um vácuo político-eleitoral que hoje é ocupado pela extrema direita.

No último período, também vimos a importante luta de estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) contra cortes, apresentados de cima para baixo, sem debate com a comunidade acadêmica, que atingem especialmente os setores mais precarizados da classe trabalhadora. A ocupação da reitoria por estudantes que lutam pelo direito

de permanecer na universidade foi respondida pela reitoria da Uerj com extrema truculência e violência. Ao invés de enfrentarem os cortes impostos pelo bolsonarista Cláudio Castro (RJ) e abrirem espaços de diálogo com estudantes, os gestores da universidade escolheram recorrer ao braço repressivo do Estado e colocaram uma das polícias mais violentas de todo o país dentro da Uerj para reprimir um legítimo movimento de luta. Para piorar, a reitoria da Uerj deu início a uma série de atos antissindicais contra a Asduerj - Seção Sindical do ANDES-SN, por conta de sua postura coerente e combativa de apoiar a luta estudantil. Contra a violência e os ataques de Gulnar Azevedo e Bruno Deusdará, o ANDES-SN afirma toda a sua solidariedade e atuará em conjunto com estudantes, docentes e técnicos, pois lutar não é crime!

Finalmente, este Informandes, publicado poucos dias antes do 15º Conad Extraordinário, o qual debaterá a carreira docente, faz uma retomada dos acúmulos históricos de nosso Sindicato Nacional. Também apresentamos alguns dos debates mais importantes entre docentes de instituições federais, estaduais, municipais e distrital que, ao longo dos anos, vêm lutando contra diferentes formas de desestruturação da carreira docente.

# CONAD

15º

## EXTRAORDINÁRIO

### DO ANDES-SN

"MOVIMENTO DOCENTE E CARREIRA: UMA LUTA HISTÓRICA DO ANDES-SN"



**11 A 13 DE OUTUBRO (2024) - Brasília (DF)**

## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Raphael de Oliveira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

# Extrema direita pode avançar no Brasil com eleições municipais

Foto: Nelson Junior (ASICS/TSE)



No próximo mês, no dia 6 de outubro, brasileiras e brasileiros vão às urnas de todo o país para eleger representantes para as prefeituras e câmaras municipais. Apenas no Distrito Federal não haverá processo eleitoral, uma vez que a unidade federativa não tem municípios.

Em pelo menos dez capitais, além de muitas outras cidades, candidatas e candidatos bolsonaristas lideram as pesquisas de intenções de voto, o que aponta uma possibilidade de avanço da extrema direita no país. Em São Paulo, dois concorrentes alinhados a Jair Bolsonaro, Ricardo Nunes (MDB) e Pablo Marçal (PRTB), disputam entre os três primeiros. Em Novo Progresso (PA), cidade mais bolsonarista da Amazônia, a disputa pela prefeitura se tornou um enclave da extrema direita. O atual prefeito, Gelson Dill (MDB), cuja trajetória está ligada à exploração madeireira, tenta a reeleição contra o ex-prefeito Juscelino Alves (Podemos), um piloto de avião que tem garimpeiros como clientes.

O professor de História da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Carlos Zacarias, lembra que o bolsonarismo é um movimento cujas características vão se revelando à medida que a política se converte em antipolítica, o que implica em discursos extremistas e fascistas. “O bolsonarismo existe antes de Bolsonaro e permanece para além de Bolsonaro, o que pode ser constatado pelo fato de que o próprio Bolsonaro não consegue, na maior parte dos casos, transferir votos. Os candidatos que são tidos como

bolsonaristas, apenas em alguns casos, reivindicam diretamente Bolsonaro, em algumas cidades onde o Bolsonaro é uma figura popular”, comenta. São Paulo é um dos casos, onde o atual prefeito, que busca reeleição, Ricardo Nunes, utiliza a figura do ex-presidente na medida das suas necessidades, e não em função de sua adesão ideológica pura e simples a Bolsonaro.

Zacarias aponta que há figuras ligadas a Jair Bolsonaro que não são necessariamente fascistas e que transitam conforme seus interesses. Ele cita como exemplo o PL, partido atual do ex-presidente, e que esteve na vice-presidência da República nos dois mandatos anteriores de Lula. “É um partido com características fisiológicas, mas elas não necessariamente conduzem os seus membros à fascistização. Então, quando Bolsonaro governa, o processo de fascistização dos setores fisiológicos é mais acelerado e incorpora mais gente. Com a derrota de Bolsonaro, esse processo de fascistização não é necessariamente interdito, mas sofre um revés, o que significa que esses setores podem aderir ao bolsonarismo, ao fascismo, portanto, mais ou menos conforme as suas necessidades, os seus cálculos eleitorais, a sua aproximação ou afastamento do governo nacional do presidente Lula”, ressalta.

O historiador avalia que estamos em um processo de transição e que essas forças políticas não estão ainda consolidadas. Nesse sentido, a capacidade de caracterizar e definir o que pode ser vitória e o que pode ser derrota passa

por muitas nuances e aspectos que precisam ser melhor compreendidos. “Dito isso, eu afirmo que, mesmo com todos esses senões, a extrema direita deve sair fortalecida dessa eleição”, diz.

Para o docente da Ufba, é necessário barrar e reverter esse cenário. Porém, isso não será possível até a eleição de outubro. “Nós temos a experiência recente que demonstra que desocupar as ruas é deixar o terreno livre para que a extrema direita se organize, ocupe e apareça como disruptiva, como anti-establishment. O que as pessoas querem são alternativas ao que o capitalismo não foi capaz de lhes oferecer. Portanto, eu creio que a nossa tarefa principal, a tarefa dos sindicatos, das centrais sindicais, dos movimentos sociais, é se organizar e ocupar as ruas para enfrentar o fascismo e dizer aos governos, que se imaginam aliados [da nossa classe], que não há outra forma de fazer esse enfrentamento senão nesse território. Não são as instituições que vão derrotar o fascismo, mas sim os trabalhadores organizados nos seus sindicatos, nos seus movimentos sociais e nos seus partidos”, acrescenta.

Leia a entrevista completa:



# Apesar de forte repressão, estudantes lutam contra cortes de auxílios na Uerj



Foto: Fernando Frazão (Agência Brasil)

Com uma sequência de posturas autoritárias, a reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) retirou direitos de estudantes da Uerj, criminalizou a luta estudantil, atacou a seção sindical do ANDES-SN na instituição e permitiu a entrada do Choque da PM na universidade. Na sexta-feira (20), a polícia militar entrou na universidade para cumprir a reintegração de posse solicitada pela reitoria, acatada pela justiça, e acabar com a ocupação estudantil. Três estudantes e o deputado federal Glauber Braga (PSol/RJ) foram detidos e liberados posteriormente.

Em nota, o ANDES-SN denunciou a ação truculenta da PM/RJ e lembrou que a reintegração de posse resultou de medida judicial criminalizadora, proposta pela reitoria da Uerj — encabeçada por Gulnar Azevedo e Bruno Deusdará —, que “de modo irresponsável e inábil escalou as práticas de deslegitimação e violência contra o movimento estudantil, alcançando também docentes e, agora, parlamentar do campo progressista”.

“Não é possível lavar as mãos ante o ocorrido. Quem moveu o sistema de justiça é responsável direto pelas consequências da ação policial repreensível e digna de repúdio. Gulnar e Bruno, vocês escolheram o lado nesse conflito, e não foi o das (os) que lutam por direitos e uma vida digna”, repudiou a diretoria do Sindicato Nacional.

## Não ao Aeda da Fome

A luta dos e das estudantes da Uerj iniciou em 26 de julho, após a reitoria publicar em 24 de julho, durante o recesso acadêmico, o Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 038. A medida representa cortes significativos nos auxílios e bolsas para estudantes em vulnerabilidade social e pode comprometer a continuidade dos estudos de uma parcela considerável de alunas e alunos.

De acordo com Renata Gama, 2ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, esse ato executivo da reitoria não passou por nenhum conselho deliberativo da Uerj. Além disso, essa medida alterou os critérios para a concessão de bolsas e auxílios.

Segundo a diretora do Sindicato Nacional, já havia o temor de que, em algum momento, as bolsas e os auxílios poderiam ser interrompidos, pois foram criados em caráter provisório, durante a pandemia. No entanto, estudantes, docentes, técnicas e técnicos foram surpreendidos com a atitude autocrática da reitoria, durante o recesso, uma vez que, no início deste ano, o primeiro ato da reitoria foi prorrogar bolsas e auxílios até dezembro de 2024.

O Aeda 038/2024 acaba com o auxílio material didático e estabelece que o auxílio-alimentação passará a ser pago apenas a estudantes cujos cursos tenham sede em campi que

ainda não disponham de restaurante universitário. Conforme o ato, o valor do auxílio-alimentação será de R\$ 300, pago em cotas mensais, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

A medida estabelece também como limite para o recebimento de auxílios e da Bolsa de Apoio à Vulnerabilidade Social (BAVS) renda familiar bruta, por pessoa, igual ou inferior a meio salário mínimo vigente no momento da concessão da bolsa. Atualmente, esse valor é equivalente a até R\$ 706. Para receber auxílios, a renda precisa ser comprovada por meio do Sistema de Avaliação Socioeconômica. As novas regras, segundo a própria Uerj, excluem mais de 1,2 mil estudantes, que não se enquadram nas exigências para recebimento de bolsas.

“Não podemos ignorar que temos estudantes que dependem desses recursos e estão contando com isso para concluir os seus estudos. Não se muda a regra do jogo com o jogo em curso e, muito menos, sem dialogar com os envolvidos”, ressaltou Amanda Moreira, presidenta da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj Seção Sindical do ANDES-SN).

A docente também criticou a postura da reitoria, que desde o início agiu de forma autoritária e com pouca habilidade política. “Ao nosso entender, o processo democrático dentro da universidade ficou muito prejudicado, não

só com o conteúdo e a forma com que esse Aeda foi publicado, mas também com o processo que foi piorando ao longo do tempo”, disse. “É muito lamentável acusar os estudantes de antidemocracia, quando na verdade o diálogo está muito prejudicado nas instâncias deliberativas da universidade”, acrescentou.

A presidenta da Asduerj SSind. lembrou que, logo após tomar conhecimento do Aeda 038 e da mobilização estudantil, a categoria docente aprovou em assembleia, por unanimidade e com apenas uma abstenção, a revogação do ato administrativo e o apoio à luta dos e das estudantes. A seção sindical buscou, então, mediar o diálogo entre a reitoria e o movimento estudantil, mas sem sucesso.

“Se a situação fosse colocada de forma mais clara, com transparência, e fosse feito um chamado à comunidade acadêmica da Uerj para todos estarmos juntos na luta por mais orçamento para a universidade, eu acho que a situação teria sido muito diferente.

A questão é que a Administração Central acabou tomando para si uma responsabilização e implementando essa austeridade, que o governo Cláudio Castro tem colocado para as universidades e para o serviço público em geral no Rio de Janeiro”, acrescentou. Amanda ressaltou que a luta deveria ser, em unidade, para fora da Uerj, para pressionar o governo por mais recursos para a instituição.

Após uma mobilização estudantil, com participação docente, na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), em 27 de agosto, o governador Cláudio Castro determinou o repasse de R\$ 150 milhões à Uerj,

para que a universidade possa cumprir os compromissos estabelecidos para o ano de 2024. Porém, mesmo com a suplementação orçamentária, a reitoria não revogou os atos que atacam a assistência e permanência estudantil.

### **Criminalização e atos antissindicais**

Durante os quase dois meses de ocupação, a Administração da Uerj adotou várias medidas autoritárias e táticas de criminalização do movimento estudantil. Além de não dialogar com a comunidade antes de editar o Aeda 038, após a ocupação estudantil, a reitoria cortou água e luz do prédio ocupado, e trabalhadores da segurança usaram de força física para tentar acabar com a mobilização.

A gestão da Uerj entrou com ação de reintegração de posse, nominando quatro estudantes e um técnico-administrativo, e autorizou a entrada da força policial no campus.

A pedido da reitoria, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) determinou que estudantes desocupassem os espaços da Uerj até o dia 19 de setembro. Como a ordem não foi acatada, a juíza Luciana Losada Albuquerque Lopes emitiu nova ordem de reintegração, com uso de força policial, além de multar quatro estudantes e um técnico-administrativo nominados pela reitoria na ação.

A gestão da Uerj também usou de práticas antissindicais contra a Asduerj SSind e docentes que criticaram a postura da reitoria. “Em determinado momento, a Administração Central começou a agir como se o sindicato tivesse que apoiá-los, fazendo uma falsa dicotomia entre o debate técnico

e o debate político. Como se o debate técnico não estivesse sendo dominado por aqueles e aquelas que defendem a revogação do Aeda, colocando isso como algo insustentável de acontecer. E nós, o tempo todo, colocamos que era fundamental que o sindicato mantivesse a sua autonomia, sua independência política frente a governos e reitorias. Não é porque pessoas que têm passado sindical ocupam cargos na reitoria que o sindicato tem que apoiá-los independentemente das ações que tenham tomado”, explicou Amanda Moreira.

Renata Gama contou que a reitoria está assediando de forma recorrente a Asduerj SSind., incentivando a desfiliação de docentes da seção sindical. “O vice-reitor foi presidente da Asduerj SSind., passou por outros mandatos e exerceu sempre muita influência no sindicato. Agora, está querendo usar essa influência como vice-reitor para aparelhar o sindicato, com atitudes muito assediosas”, denunciou.

O ANDES-SN emitiu nota repudiando as práticas antissindicais da reitoria. “O ANDES-SN se solidariza com a Asduerj SSind. diante dos ataques que vem sofrendo e que ferem de morte a autonomia e independência política como entidade representativa dos/as docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por meio do incentivo à desfiliação da seção sindical, em um momento de profundas crises do movimento sindical e de baixas taxas de sindicalização e de ascenso da extrema direita. Esse tipo de ataque caracteriza uma prática antissindical da Administração Superior e seus e suas aliados/as”, afirmou a diretoria do Sindicato Nacional.



# Docentes se reúnem no 15º Conad Extraordinário para atualizar proposta de carreira única aprovada em 2011



Nos próximos dias 11, 12 e 13 de outubro, professores e professoras de diversas instituições de ensino do país se reúnem no 15º Conad Extraordinário, em Brasília (DF), para debater um tema de extrema importância para a categoria: a carreira docente. Os ataques à carreira nas diferentes esferas - federal, estadual, distrital e municipal - durante as últimas décadas e as últimas greves do ANDES-SN dando centralidade à defesa da carreira mostram a necessidade de aprofundar debates e de atualizar as propostas do Sindicato Nacional.

A carreira das professoras e dos professores do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é fundamental para garantir a valorização e a estabilidade das e dos docentes nas instituições federais e, consequentemente, a sua contribuição para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão no país. De acordo com Jennifer Webb, 1ª tesoureira do ANDES-SN, realizar um Conad Extraordinário dedicado exclusivamente à carreira

docente é um marco histórico dentro do Sindicato Nacional e reflete a importância dessa pauta para a entidade.

“Precisamos avaliar a questão geral da carreira única, que é nossa grande aspiração e defesa histórica. No entanto, também é fundamental analisar o projeto de carreira única dos professores federais e, ao mesmo tempo, olhar para as especificidades dos setores estaduais, municipais e distrital. Devemos identificar as principais demandas de cada setor e buscar formas de abordar essas especificidades, sempre dialogando com o conceito da carreira única”, disse.

Segundo André Martins, docente e representante da Seção Sindical do ANDES-SN no Instituto Federal de Rio Grande do Sul (Sindoif SSind), o debate sobre carreira docente, na perspectiva histórica de carreira única como defensor do ANDES-SN, permitirá atualizar “a proposta do Sindicato Nacional à luz das transformações que impactaram o trabalho docente nas últimas décadas e das recentes perdas de direitos nas

carreiras do magistério público, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal”, afirmou.

## Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal

O mais recente ataque, em nível federal, buscando a desestruturação da carreira é a Portaria 5.127/24. Editada em agosto pelo Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), é apenas um dos muitos ataques à carreira docente nas últimas décadas (ver box pág. 7).

A luta por uma carreira estruturada nas instituições de ensino públicas e privadas brasileiras remonta à década de 1970.

A carreira do Grupo Magistério do Serviço Civil da União foi organizada pela Lei 5.645 de 1970, durante a ditadura empresarial-militar, substituindo a Cátedra Vitalícia e estabelecendo as classes de professor titular, professor adjunto, professor assistente e auxiliar de ensino.

No antigo sistema, o titular da cátedra era a autoridade suprema e

vitalícia de uma disciplina na universidade. Entre 1964 e 1968, 12 acordos foram firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), órgão do governo dos EUA que fornece recursos a países em desenvolvimento. Esses acordos abrangiam desde o ensino primário (atual ensino fundamental) até o ensino superior, com o objetivo de implantar o modelo privatista estadunidense nas universidades brasileiras.

Segundo Luiz Henrique Schuch, ex-presidente do ANDES-SN, em entrevista em 2023, o convênio entre MEC e Usaid resultou em docentes contratados nas universidades por meio de contratos precários, denominados de "colaboradores", desprovidos de direitos funcionais.

Em 1979, o Encontro Nacional de Associações Docentes (Enad) marcou o início da luta por uma carreira nacional unificada. No evento, foram encaminhadas campanhas salariais em nível nacional, tanto para o setor público quanto para o setor privado.

"As disparidades e a dispersão geográfica entre as 16 universidades fundacionais criadas desde a década de



1960 impunham desafios ao movimento, mas uma pauta específica adjacente estreitou o diálogo e ampliou a capacidade de construção política nesse segmento docente. A enérgica reação ao Decreto-Lei 6733/79, no primeiro ano do governo de João Figueiredo, que buscava retirar a participação das comunidades universitárias fundacionais na escolha dos seus dirigentes, funcionou como um verdadeiro 'rastilho de pólvora' para mobilização", explicou Schuch.

Nos anos seguintes, o movimento docente conseguiu fortalecer a mobilização em torno da pauta da carreira e, com uma greve nacional em 1985, conquistou a implantação do Plano de Cargos e Salários das IES Fundacionais, que representava uma carreira única para as 16 universidades constituídas como fundações. A vitória da greve de 1985 foi um fator decisivo para a conquista do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), em

## Portaria 5.127 do MGI

A publicação da Portaria 5.127 do MGI, em agosto deste ano, surpreendeu as e os dirigentes das entidades sindicais que representam as servidoras e os servidores públicos, incluindo o ANDES-SN. O ato normativo estabelece diretrizes e critérios para a criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).

O governo declarou que a medida visa garantir transparência na criação de propostas de carreira e promover, ao longo dos anos, um aprimoramento gradual e coerente da gestão pública na organização da força de trabalho estatal.

Segundo Leandro Madureira, advogado da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN, a portaria, embora prometa a melhoria da gestão administrativa e pública, antecipa aspectos de uma possível reforma Administrativa. "É importante lembrar que o objetivo final do serviço público não é gerar lucro. A prestação do serviço público e o atendimento ao interesse público devem ser os principais objetivos do trabalho do servidor público. Dentro dessa estrutura da União, o servidor é essencial, pois é ele quem faz a máquina estatal funcionar e garante a prestação de serviços de segurança, saúde, educação e aposentadoria, seja na gestão, na operacionalização ou na concretização direta", explicou.

Para o advogado, a preocupação é que essa portaria, cujo objetivo é a redução de custos, possa resultar em cortes de salários e cargos, impactando negativamente a vida das servidoras e dos servidores, além de comprometer a qualidade do serviço público. "Não se defende que o custo do serviço deva ser desenfreado ou

ignorar limites e parâmetros mínimos. O principal objetivo deve ser garantir a prestação do serviço público, conforme previsto na nossa Constituição Federal como direitos e garantias fundamentais. É preciso se preocupar com a forma como essa portaria pretende promover a mudança na gestão, buscando um melhor desempenho dos cofres públicos e do uso do dinheiro público. Isso pode, obviamente, impactar a estrutura remuneratória, resultando em menores salários e redução de cargos", afirmou o advogado.

Já André Martins, do Sindoif SSind, criticou a falta de discussão da Portaria com as representações sindicais e sua ausência na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), considerando a postura do governo como "um inequívoco autoritarismo". Martins ressaltou que a portaria limita a apresentação de propostas apenas aos órgãos da estrutura federal, excluindo os sindicatos.

O docente criticou a previsão de um período mínimo de 20 anos para alcançar o final da carreira, o que significa impedir a redução do tempo para alcançar o topo. Ele observou que, a partir de 2025, as carreiras de docentes federais passarão a ter um percurso de 19 anos, conforme o Termo de Acordo 10/24, e defendeu que esse tempo deveria ser ainda menor. "Uma alternativa seria solicitar a revogação da norma e que os termos da Portaria 5127/24 sejam negociados previamente na MNNP. Na negociação de uma nova regra, alguns pontos precisariam ser revisados, especialmente os relacionados à avaliação produtivista no desenvolvimento na carreira e à regra que estabelece um limite preferencial de tempo de percurso", completou o diretor do Sindoif SSind.



1987, instituído pelo Decreto 94.664 e complementado pela Portaria 475 do MEC, no mesmo ano. O plano garantiu elementos estruturantes para o projeto de universidade pública, como a estabilidade e a dedicação exclusiva. Além disso, representou uma derrota para as defensoras e os defensores de um modelo jurídico privado para as universidades federais.

Nas décadas seguintes, restrições orçamentárias, arrocho salarial, congelamento de vagas, mercantilização do ensino e produtivismo acadêmico contribuíram para o desmonte da educação pública. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a falta de política salarial e a criação das gratificações de Atividade Executiva (GAE), de Estímulo à Docência no Magistério Superior (GED) e de Incentivo à Docência (GID) agravaram as distorções na carreira docente.

A Reforma da Previdência de 2003, sob o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, também teve um impacto significativo na carreira docente. No segundo mandato de Lula, em 2007, foi enviado ao Congresso Nacional o PLP 01/07, que congelava por dez anos os gastos com as servidoras e os servidores públicos. Além disso, foi editado o Decreto 6096, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que previa a ampliação da rede federal e a duplicação do número de estudantes por docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFE).

No ano seguinte, foi editada a

Medida Provisória 431/08, que criou a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e a classe de professor associado. A medida também retirou o diferencial salarial relacionado à titulação (RT) e implantou um sistema de avaliação para todo o serviço público federal, no qual parte do salário ficou vinculada ao cumprimento de metas quantitativas estabelecidas externamente. Em 2010, o governo Lula apresentou uma minuta de projeto de lei visando a “estruturação” da carreira docente. Em 2012, ocorreu a eliminação do ordenamento estruturante da carreira, vigente no PUCRCE desde 1987.

### **Desestruturação da carreira federal, manobras do governo e respostas do ANDES-SN**

Diante das distorções acumuladas ao longo do tempo e da minuta de projeto de lei do governo que aprofundava a

desestruturação da carreira, em 2011, durante o 30º Congresso do ANDES-SN em Uberlândia (MG), foi aprovado um projeto alternativo para as e os docentes federais. O projeto busca unificar as carreiras do EBTT e do Magistério Superior e apresentava propostas com base no Caderno 2, que traz a proposta do ANDES-SN para as universidades brasileiras.

O projeto foi baseado em debates anteriores e estruturado em sete eixos principais: ambiente de trabalho docente; fatores de desenvolvimento na carreira; carreira única; estrutura; isonomia salarial – uma linha única no contracheque; transposição da situação anterior; e mobilização – trabalho de base.

A partir de então, o Sindicato Nacional empenhou esforços em lutar e negociar com o governo federal. Após diversas reuniões com os ministérios do Planejamento e Gestão (Mpog) e da Educação (MEC), ainda em 2011 foram constituídos grupos de trabalho em conjunto com outras entidades sindicais, como o Sinasefe, para negociar a reestruturação da carreira docente.

Diante da intransigência e da impossibilidade de avanços, a categoria docente deflagrou, em 2012, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, uma greve histórica, com a adesão de quase todas as universidades federais e diversos institutos federais. A paralisação durou quatro meses, durante os quais o Sindicato Nacional buscou dialogar com parlamentares, governo e sociedade em geral sobre a importância da luta em defesa da Educação e da valorização da carreira docente.

No entanto, uma manobra acordada com a Proifes - federação sindical cartorial criada em 2008 du-



30º Congresso de Uberlândia (MG) aprovou proposta de carreira do Sindicato Nacional em 2011





Foto: Adcesp SSind.

Alexandre Galvão, 2º secretário do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Ies, Imes e Ides, enfatiza que a proposta de carreira única visa garantir um padrão de qualidade para a universidade brasileira e de referência para as discussões enfrentadas em diferentes níveis governamentais.

A categoria docente das Ies, Imes e Ides enfrenta desafios devido à fragmentação em diferentes estados e às variações nos planos de carreira, como observado em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em contraste com estados como a Bahia e o Ceará, onde estatutos do Magistério regem a carreira docente das universidades estaduais.

Galvão destaca que, em muitos estados, esses estatutos também incluem legislações sobre cargos e remunera-

ções de trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos. Ele menciona exemplos como Amazonas e Pará, onde a legislação agrupa os cargos e estrutura às trajetórias profissionais.

Ao analisar os planos de carreira do setor, o docente aponta que muitos deles se alinham com os eixos e princípios do Caderno 2, incluindo a valorização do tempo de serviço e a formação continuada. No entanto, ele também aponta divergências, especialmente em relação à Dedicção Exclusiva (DE), que em alguns estados é considerada uma gratificação, em vez de um regime de trabalho. Ele cita a conquista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde a DE foi assegurada como regime, contrastando com estados onde isso ainda é uma questão.

Embora muitos planos de carreira dos estados incorporem os princípios do ANDES-SN, as e os docentes enfrentam ataques semelhantes aos observados na esfera federal. Galvão resalta que, ao longo dos últimos 20 anos, governos estaduais têm atacado os direitos da categoria, especialmente através do não cumprimento das leis dos planos de carreira, dificultando a mudança de carga horária e a realização de concursos públicos. Muitos estados, segundo ele, têm aplicado aumentos salariais diferenciados entre ativos e aposentados, o que fere os princípios do plano de carreira, estabelecidos no Caderno 2.

Para o coordenador do Setor das Ies, Imes e Ides, o 15º Conad Extraordinário será um momento de grande importância para as lutas de todos os setores do ANDES-SN. “A diretoria apresentou o Texto de Resolução (TR) 15 intitulado ‘Carreira nas Ies, Imes e Ides: desafios e necessidades’, em consonância com o TR 7 ‘Diretrizes gerais para a carreira única (para os e as docentes das IES e suas Escolas/Colégios de Aplicação, Institutos Federais e CEFETs)’, também apresentado pela diretoria. No TR 15, apresentamos os grandes desafios a serem vencidos, a partir de um diagnóstico que fizemos dos planos de carreira e das realidades presentes nos estados, municípios e DF. O TR conta com 24 itens e versa sobre a relação da carreira com a autonomia, financiamento e condições de trabalho. Acreditamos que as deliberações do Conad Extraordinário para este tema servirão como um poderoso instrumento de luta para os docentes do nosso setor, que têm enfrentado severos ataques de governos estaduais, municipais e distrital às carreiras, além de acumularmos em direção a tão sonhada carreira única, uma aspiração histórica do ANDES-SN”, explicou.



Foto: Aduermg SSind.

# Seminário do ANDES-SN discutiu COP 30 e impactos do Capital no meio ambiente e na vida das populações



Foto: Renan Braga

**G**eopolítica global, impactos da mineração, da transição energética e de outros grandes projetos do Capital no meio ambiente e na vida das populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas foram algumas das temáticas tratadas no Seminário do ANDES-SN sobre a COP 30. Os painéis também abordaram as perspectivas de atuação do movimento sindical e da luta docente no contexto da realização da COP 30, prevista para ocorrer na capital paraense em novembro de 2025.

O Seminário teve como tema central “A [re]existência a partir da Amazônia: diálogos, desafios e lutas!”, e foi realizado entre os dias 4 e 6 de setembro, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA). A atividade contou com mais de 100 participantes, entre representantes das seções sindicais, da diretoria do ANDES-SN, movimentos sociais, entidades sindicais e estudantes da UFPA.

No primeiro dia (4), Aluísio Lins Leal e Sônia Magalhães, ambos docentes da UFPA, contribuíram para um debate mais amplo sobre meio ambiente, globalização, geopolítica e Pan-Amazônia. Já no segundo dia (5), a primeira mesa, composta por docentes, debateu o papel do movimento docente na discussão em torno da COP 30.

Na sequência, o painel “Crise civilizatória e eventos climáticos extremos”, com lideranças dos movimentos sociais, quilombolas e indígenas, trouxe a expe-

riência dessas populações na luta contra os grandes projetos do capitalismo predatório. Charles Trocate, representante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), abordou a centralidade do debate sobre as Amazônias e o extrativismo mineral – sobretudo amparado no projeto Carajás. “O extrativismo mineral é uma construção institucional, uma opção orientada, mesmo que na sua atual fase esteja incontrolável, produzindo afetações nos territórios, nos circuitos de minério, dependência das cidades mineradas, no mundo do trabalho e no consumo, já que não podemos apartar quem consome do problema”, disse em entrevista ao Informandes.

O dirigente do MAM acrescentou que é central questionar a mineração, em sua forma e em seus resultados, no debate sobre o enfrentamento à emergência climática. Lembrou ainda que a transição energética pressupõe mais mineração e efeito geofísico, inclusive de minerais raros ou estratégicos. “Infelizmente, por uma correlação de forças desfavorável, a opção institucional que estamos tomando é a de precificarmos, ao custo ambiental altíssimo, as mudanças climáticas”, lamentou.

Diante desse cenário, Trocate apontou a importância da organização da luta pautada no território. “Se organizar pelo território é a única possibilidade de restaurarmos uma outra ecologia, uma harmonia entre economia, natureza e

sociedade. Nós, do MAM, estamos, seja nas zonas moderadas ou nas de intensa exploração e acumulação, propondo a luta pelo território livre de mineração, para dizer que há outras formas, ainda que só economicamente, de nos relacionarmos com a natureza”, afirmou.

## Homenagem

O Seminário do ANDES-SN sobre a COP 30 prestou homenagem à guerreira Tuíre Kayapó, liderança indígena e ícone da resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA). Ela faleceu em 10 de agosto.

No último dia do evento (6), também foram realizadas as atividades do Encontro das Regionais Norte 1 e Norte 2 e da reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA), que ocorreram de forma conjunta ao encontro.

“O Seminário cumpriu não só o papel esperado e lançado pelo 66º Conad, como também proporcionou relevantes debates no âmbito do GTPAUA, que acumulou a importância do ANDES-SN se somar a iniciativas que hoje se organizam para intervir na denúncia dos limites da agenda do capital para a questão ecológica – como a Cúpula dos Povos –, disputando-os no sentido de desmascaramento do engodo expresso na agenda das COPs”, avaliou Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN e coordenador do GTPAUA.

# Resultado do capitalismo predatório, fogo e seca devastam Amazônia

No último dia de agosto (31), uma mancha de fogo com mais de 500km de extensão encobriu a Amazônia. Em menos de um mês, as queimadas consumiram 2,5 milhões de hectares da floresta. Enquanto o fogo consome a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, o país enfrenta um período histórico de seca.

No início de setembro, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) divulgou nota confirmando que o país enfrenta a pior escassez de água vivida desde, pelo menos, 1950, quando foi iniciada a série histórica. De acordo com o Cemaden, as causas da seca resultam de uma combinação de fatores e abrangem diferentes escalas espaciais e temporais.

O órgão destaca a influência de dois fenômenos que atuam no longo prazo: as mudanças climáticas, que estão gerando um aquecimento progressivo da atmosfera; e as mudanças do uso do solo que, ao substituir áreas de floresta por áreas dedicadas à agricultura e/ou a pastagens, degradam uma fonte importante de umidade, tanto do ar quanto do solo.

“A seca que varre o estado do Amazonas a cada ano é uma parte do cenário preocupante das mudanças climáticas que muitas autoridades teimam em não enxergar. Tirando o fato de grande parte dos focos de incêndio serem de origem criminoso, a seca contribui ainda mais para a disseminação dos focos de incêndio, pois a mesma pode provocar redução dos níveis de precipitação numa dada área, o que faz com que a vegetação fique ainda mais vulnerável ao fogo”, acrescenta Ana Lucia Silva Gomes, 1ª vice-presidenta da Regional Norte 1 do ANDES-SN.

A diretora destaca também que, há 14 anos, o Amazonas não registrava tantos focos de calor como nos últimos dois meses. Em agosto deste ano, o município de Apuí, no sul do Amazonas, liderou as queimadas na Amazônia Legal, concentrando 9,2% dos registros, com 3.769 focos de incêndio.

“Este aumento exacerbado nos registros de queimadas, ao contrário do que os governantes querem divulgar, são incêndios criminosos, que em grande parte são alavancados pelo período da seca que assola a região amazônica. Quem lucra com estas queimadas são especuladores imobiliários, grileiros de terras públicas, usineiros (agronegócio),



Foto: Vinicius Mendonça (Ibama)

seguros agrícolas para maus produtores rurais, dentre outros. A Amazônia tem sido devastada por queimadas ilegais descontroladas e grande parte destes desmatadores estão ligados à lavagem de dinheiro público desviado e do crime organizado, incluso aí narcotraficantes e milícias”, denuncia.

Docente da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Ana Lucia acrescenta ainda que a formação de pastagens, para criação de bovinos, e a ação da indústria madeireira constituem o principal pano de fundo para este conjunto de ilegalidades. “Em suma, a grilagem de terras tem no fogo umas das ferramentas para promover e consolidar a expansão das fronteiras agrícolas e, neste caminho, devastam o ambiente e as populações que nestes territórios vivem. É o peso do agro na construção de uma sociedade mais desigual”, afirma.

## Impacto nas populações

Este cenário de fogo e seca impacta todo o país, que está coberto por fumaça, dificultando a respiração de todas e todos. A seca extrema afeta os rios e, consequentemente, o regime de chuvas. As queimadas poluem os rios e suas nascentes, e as cinzas transportadas para o leito dos rios nas primeiras chuvas degradam a qualidade da água.

Entretanto, as populações mais afetadas são aquelas cuja subsistência depende diretamente da natureza devastada. Cenas de pessoas caminhando nos bancos de areia quilométricos formados pela seca do Rio Madeira em busca de água são um peque-

no retrato do impacto dessa devastação, em uma região onde o principal meio de deslocamento é fluvial.

Ana Lúcia aponta que os impactos são de curto e longo prazo. Atualmente, conforme a diretora do ANDES-SN, a população da região Norte tem sentido no corpo os efeitos das queimadas, pois estão convivendo com exposição prolongada à fumaça diariamente. Os estados mais afetados como Rondônia, Amazonas e Acre têm registrado índices alarmantes de material particulado no ar, o que tem agravado doenças de cunho respiratório como asma e bronquite, além da irritação nos olhos, garganta e nariz.

“Em relação aos impactos sociais, observa-se o deslocamento de populações das áreas rurais das regiões de expansão da fronteira agrícola para as grandes cidades devido à introdução da monocultura da soja por meio da mecanização, uso de fertilizantes e sementes melhoradas geneticamente, além de expansão de grandes propriedades de terra. As grandes empresas ocupam espaços no campo antes ocupado por culturas familiares diversificadas, reduzindo o emprego no campo e a capacidade de produção de alimentos tradicionais, comprometendo a segurança alimentar da população”, explica.

“Não se pode esquecer que a supressão do bioma amazônico, em face ao desmatamento exagerado, leva à perda da biodiversidade, tanto faunística quanto florística”, conclui a docente da Ufam.

# ENQUETE NACIONAL

ANDES-SN

Condições de Trabalho e Saúde dos(as)  
Docentes que atuam nas Universidades  
Públicas, Institutos Federais e Cefets



**PARTICIPE!**

## Acesse a segunda etapa da Enquete Nacional sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente do ANDES-SN

O ANDES-SN iniciou, no dia 16 de setembro, a segunda etapa da Enquete Nacional "Condições de Trabalho e Saúde Docente", voltada para docentes na ativa, aposentadas e aposentados, do ensino superior e do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), que atuam nas universidades federais, estaduais e municipais, nos institutos federais e Cefets. As e os interessados têm até 19 de dezembro de 2024 para participar do levantamento.

Diferente da primeira fase, que ouviu docentes de 11 instituições, a segunda etapa abrange todas as instituições que integram a base do ANDES-SN. A nova fase do levantamento busca traçar o perfil das e dos docentes com base em critérios como autoidentificação de cor e raça, idade, identidade de gênero, tempo de docência, entre outros. Além disso, o questionário visa analisar a intensificação do trabalho docente, a partir de eixos como demandas, exigências e cotidiano profissional; tempo de trabalho; condições estruturais e salariais; e relações de trabalho e organização sindical.

"A diferença fundamental em relação à primeira etapa é que, desta vez, a enquete estará aberta a todas as instituições que são base do ANDES-SN - universidades, institutos federais e Cefets. Na primeira etapa, participaram apenas 11 instituições, porque era uma etapa piloto, uma espécie de teste em relação à efetividade do instrumento. Como a avaliação da primeira etapa foi muito positiva, no último congresso do ANDES-SN foi aprovada uma resolução de aplicação do mesmo questionário para o conjunto das seções sindicais. A partir dos resultados obtidos, será realizado um conjunto de análises do material", avaliou Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

A sobrecarga e as precárias condições de trabalho são temas recorrentes e preocupantes na área da educação. Docentes de universidades públicas, institutos e Cefets têm enfrentado, nos últimos anos, desafios como a cobrança pelo produtivismo, o aumento na quantidade de tarefas, carga horária extensa, falta de recursos e condições de trabalho inadequadas.

**SEGUNDA FASE**

16 DE SETEMBRO A  
19 DE DEZEMBRO 2024

**ANDES**  
SINDICATO NACIONAL



Além disso, o questionário visa analisar a intensificação do trabalho docente no processo de plataforma do trabalho, acelerado pela pandemia de Covid-19 e mantido após a pandemia, no eixo Tecnologias Digitais e Trabalho Remoto. O instrumento também abarca a situação de saúde e adoecimento das e dos docentes e sua relação com as condições de trabalho (eixo Saúde Docente).

“O nosso objetivo é ter um perfil amplo e consistente da categoria em relação às condições de trabalho e saúde, um perfil que envolva a autoidentificação em relação à raça, em relação ao gênero, mas que também expresse as condições estruturais de salário e de trabalho, além do desdobramento efetivo dessas condições na vida profissional e cotidiana de cada docente”, disse Lucia Lopes, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN e também da coordenação do GTSSA do sindicato.

### Primeira etapa

A primeira etapa da Enquete Nacional do ANDES-SN, conduzida de 22 de maio a 22 de junho de 2023, revelou condições precárias de trabalho e uma significativa sobrecarga enfrentada pela categoria. A coleta de dados indicou que a média de tempo de trabalho das professoras e dos professores na instituição atual era de 13 anos. O levantamento revelou que 65% das e dos docentes perceberam um aumento no volume de trabalho entre o segundo semestre de 2019 e o momento da resposta. Além disso, 75% das e dos participantes relataram sentir “sempre” ou “frequentemente” sobrecarregados.

No que diz respeito à situação financeira, 58% das e dos docentes relataram ter dívidas, financiamentos ou empréstimos. Quanto à saúde, 40% avaliaram seu estado como regular, enquanto 15,1% o consideraram ruim ou péssimo. Por fim, 55% das e dos respondentes associaram seu quadro de adoecimento a questões relacionadas ao trabalho.

As informações pessoais coletadas na enquete terão caráter confidencial, sem a identificação das e dos participantes, em acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13709/2018. Para sistematizar os dados, o ANDES-SN contratou, através de um processo seletivo, um cientista de dados e quatro bolsistas, que atuarão na segunda fase da Enquete Nacional “Condições de Trabalho e Saúde Docente”.

### Enquete

Inspirada na Enquete Operária de Karl Marx, a enquete foi desenvolvida pelo Sindicato Nacional, por meio do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), e tem como objetivo não apenas investigar a realidade das condições de trabalho, mas também politizar as trabalhadoras e os trabalhadores e fortalecer suas organizações de luta, como um instrumento de ação política. O tempo médio para conclusão do questionário é de 20 minutos.

A diretora do ANDES-SN reforça a importância da participação da categoria na enquete. “É muito importante que você, aposentado ou aposentada, e também todas as pessoas que ainda não se aposentaram, participem deste momento de coleta de dados. É essencial divulgar e participar, porque, com isso, nós teremos, talvez, o mais importante e significativo perfil já construído pelo nosso sindicato em relação às condições de trabalho e saúde docente”, reforçou Lucia Lopes.

**ACESSE O RELATÓRIO  
DA PRIMEIRA ETAPA**



Abra a sua câmera e aponte  
para o QR Code

# ENQUETE NACIONAL

ANDES-SN

Condições de Trabalho e Saúde dos(as)  
Docentes que atuam nas Universidades  
Públicas, Institutos Federais e Cefets

**ANDES**

SINDICATO NACIONAL